

Quintais agroflorestais e trabalho da mulher em espaço periurbano: um estudo de caso em Santarém, Pará, Brasil

Homegardens and woman's work in peri-urban space: a case study in Santarém, Pará, Brazil

Huertos caseros y trabajo de mujeres en el espacio periurbano: un estudio de caso en Santarém, Pará, Brasil

Recebido: 01/12/2020 | Revisado: 08/12/2020 | Aceito: 11/12/2020 | Publicado: 14/12/2020

Wandicleia Lopes de Sousa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9806-4958>

Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

E-mail: wandicleia@hotmail.com

Adria Oliveira dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5056-9009>

Instituto Iniciativa Amazônia, Brasil

E-mail: adriaoiveirastm@gmail.com

Elizabete de Matos Serrão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8127-406X>

Prefeitura Municipal de Santarém, Brasil

E-mail: elizabetematos.stm@hotmail.com

Antônia do Socorro Pena da Gama

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7084-6509>

Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

E-mail: antonia.gama@ufopa.edu.br

Thiago Almeida Vieira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9926-2606>

Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

E-mail: thiago.vieira@ufopa.edu.br

Resumo

Agricultura familiar contribui de forma significativa para a produção de alimentos e geração de renda na Amazônia. Objetivou-se dessa forma examinar a contribuição socioeconômica da

produção de quintais agroflorestais manejados por mulheres em espaço periurbano às margens do Lago Maicá, Santarém, Brasil. Este estudo de caso foi realizado com agricultoras associadas ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. As mulheres geram renda e produzem alimentos que garantem segurança alimentar e nutricional delas e de suas famílias; criam animais e cultivam hortaliças e frutíferas. Os quintais são espaços de produção organizados pelas mulheres e exercem funções sociais, ambientais, culturais e econômicas.

Palavras-chave: Agricultoras familiares; Autoconsumo; Sistemas agroflorestais; Amazônia brasileira.

Abstract

Family agriculture contributes significantly to food production and income generation in the Amazonia. This study aimed to examine the socioeconomic contribution of agroforestry homegardens production managed by women in peri-urban space on the banks of Lake of Maicá, Santarém, Brazil. This case study was carried out with female farmers associated with the Union of Rural Workers. Women generates income and produces food that guarantee food and nutritional security for them and their families; raise animals and grow vegetables and fruit. Agroforestry homegardens are production spaces organized by women and perform social, environmental, cultural and economic functions.

Keywords: Family female farmers; Self-consumption; Agroforestry systems; Brazilian Amazonia.

Resumen

La agricultura familiar contribuye significativamente a la producción de alimentos y la generación de ingresos en la Amazonía. El objetivo fue examinar la contribución socioeconómica de la producción de los huertos caseros administrados por mujeres en el espacio periurbano a orillas del lago Maicá, Santarém, Brasil. Este estudio de caso se llevó a cabo con agricultoras asociadas al Sindicato de Trabajadores Rurales. Las mujeres generan ingresos y producen alimentos que garantizan la seguridad alimentaria y nutricional para ellas y sus familias; crían animales y cultivan verduras y frutas. Los huertos caseros son espacios de producción organizados por mujeres y cumplen funciones sociales, ambientales, culturales y económicas.

Palabras clave: Agricultores familiares; Autoconsumo; Sistemas agroforestales; Amazonía brasileña.

1. Introdução

A atividade agrícola é uma das atividades mais importantes para a geração de renda na região amazônica e no Brasil. A agricultura contribui com a produção de matéria-prima para diversos setores da economia, mas tem grande relevância para a produção de alimentos, incluindo para animais. Nesse sentido, no Brasil a agricultura familiar é uma categoria que exerce significativo papel na produção agrícola de alimentos.

Os agricultores familiares começam suas atividades com a intenção de garantir subsistência às suas famílias, tornando-se importante característica da representação social dessa categoria (Grisa & Schneider, 2008). Dessa forma, a afinidade entre os membros da família é um componente importante para a relação econômica e social presente em todo processo produtivo.

A unidade produtiva familiar é aquela em que sua produção tem por finalidade, garantir a satisfação das necessidades básicas e o bem-estar dos membros que compõe a família, e o aumento do esforço produtivo está associado a responder as necessidades da unidade familiar, evidenciando racionalidade entre produção e consumo (Chayanov, 1966).

A importância da atividade agrícola dessa categoria de agricultores é representada nos dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2017) demonstrando 15 milhões de pessoas trabalhando em unidades familiares, o que representa 7,2% da população na produção agrícola. De acordo com o censo, dentre as principais culturas e produtos produzidos, encontram-se: farinha de mandioca, milho, feijão, criação de pequenos animais (galinha, pato, porco, etc.) e seus derivados, como ovos.

Dentre as atividades desenvolvidas pela agricultura familiar, existe a produção em quintais agroflorestais, cultivados geralmente ao redor das casas, visam, na maioria das vezes, garantir a subsistência da família e o excedente contribui na geração da renda familiar (Rayol & Miranda, 2019; Vieira et al., 2012; Siviero et al., 2011). Esses espaços são usados para plantio de árvores frutíferas, hortaliças, criação de pequenos animais e plantas medicinais que garantem a segurança alimentar, cuidado com a saúde e a qualidade de vida das famílias (Rocha-Garcia et al., 2015; Vieira et al., 2015; Constantin, 2010).

O quintal agroflorestal pode ser considerado como espaço de produção ecologicamente sustentável, uma vez que apresenta diversidade elevada de culturas produzidas e que possuem distintas funções, com aproveitamento dos recursos existentes na área (Silva et al., 2011; Scoles, 2009; Ban & Coomes, 2004). Esses espaços apresentam-se predominantemente como de domínio das mulheres (Caballero-Serrano et al., 2019;

WinklerPrins & Oliveira, 2010; Ban & Coomes, 2004), as quais planejam, plantam, cuidam do local e colhem a produção, proporcionando assim a sua permanência nesses espaços.

Sabe-se que a produção espacial ocorre no dia a dia da sociedade e que a partir da dinâmica das relações sociedade-natureza surgem novas formas de apropriação, uso e ocupação de um determinado lugar, sendo produto da divisão social e técnica do trabalho (Cleps, 2009).

Em regiões periurbanas, onde a pressão sobre o recurso natural é cada vez maior, os espaços geográficos podem ser cada vez mais alterados. Isso é fruto do aumento do conhecimento do homem sobre as forças da natureza, que passam a sofrer muito mais com as intervenções antrópicas nesse dado espaço (Rossi, 2020).

Na região do Maicá, no município de Santarém, oeste do Pará, está em curso processo de licenciamento e obras para a instalação de Portos Granelero com o objetivo de estimular a produção e a circulação da soja e do milho do centro-oeste brasileiro para o comércio exterior, além disso, promover o crescimento econômico e o “desenvolvimento” para a cidade e região (Silva, 2014). Ocorre que várias famílias residentes nessa região, sejam em bairros urbanos, como em comunidades rurais, serão afetadas direta e indiretamente. Isso ocorrerá pela previsão de instalação de infraestrutura de suporte aos portos, como ampliação e construção de estradas, armazéns e a estrutura portuária em si.

A concepção e execução de grandes projetos coloca em risco a vida dessas famílias, uma vez que para Diegues (1999; 2008), o processo de produção e reprodução do sistema capitalista, na Amazônia, leva a uma destruição do seu patrimônio natural, provoca transformações ao modo de vida das populações tradicionais que necessitam do meio ambiente para sua subsistência, levando a um processo de marginalização da maioria destas populações.

Diante disso, este artigo objetiva examinar a contribuição socioeconômica da produção das mulheres agricultoras nos quintais agrofloretais em espaço periurbano às margens do lago Maicá, Santarém, Pará, Brasil.

2. Metodologia

Esta pesquisa pode ser compreendida como de natureza qualitativa e quantitativa. Para Oliveira (2008), a pesquisa quantitativa é realizada por meio do uso de instrumentos próprios para a coleta de dados, quais sejam: questionários, entrevistas, observações e uso de técnicas estatísticas. Esses instrumentos ajudaram na descrição do perfil socioeconômico das

agricultoras familiares que participaram do estudo.

A pesquisa qualitativa ajuda a complementar os dados coletados no grupo pesquisado permitindo análise detalhada dos acontecimentos nos “[...] processos sociais e a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos” (Oliveira, 2008, p. 59). Afirma ainda que o uso em sinergia das pesquisas qualitativas e quantitativa qualificam os dados coletados, uma vez que é possível aproveitar todas as informações coletadas durante a pesquisa, dando assim maior confiabilidade, legitimando a sistematização dos fatos.

Os instrumentos usados nessa pesquisa são particularidades de um estudo de caso, que segundo Yin (2005, p. 34), “[...] permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas”. Mattos (2011) afirma a importância da sistematização da vida cotidiana, comunitária ou individual, como resultado é possível registrar todos os símbolos existente em cada ação do público estudado.

A pesquisa é composta de dados primários, sendo obtidos por meio da pesquisa de campo realizada com as agricultoras familiares, com uso da metodologia descrita acima, sob o desenho de uma pesquisa descritiva, que para Gil (2010), permite uniformizar os dados analisados.

2.1 O espaço geográfico da pesquisa

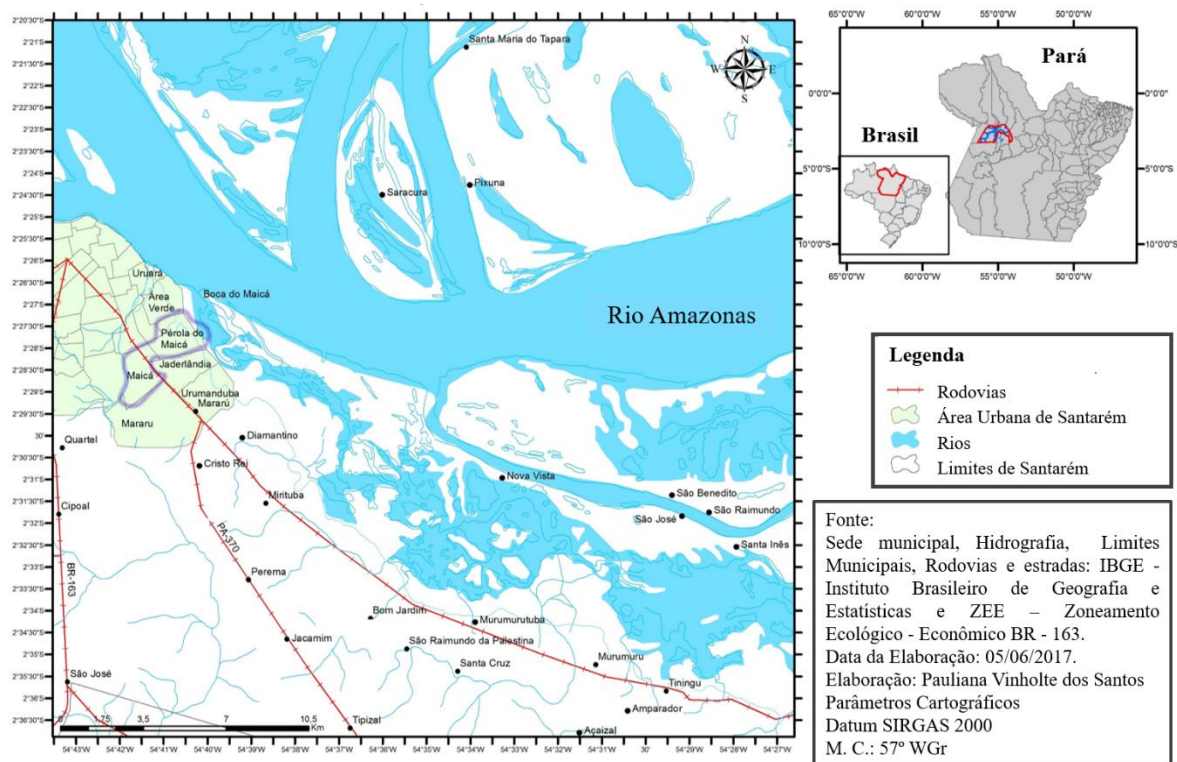
O estudo foi realizado em dois bairros periurbanos do município de Santarém, na região oeste do estado do Pará, Amazônia Brasileira. A cidade de Santarém sofre influência de dois grandes rios, o Tapajós e o Amazonas. O município possui área geográfica de aproximadamente 17.898,389 km² (Ibge, 2020a), com população estimada de 306.480 pessoas para o ano de 2020 (Ibge, 2020b).

A cidade é considerada polo da mesorregião do Baixo Amazonas, pois exerce papel de destaque na dinâmica econômica, social, educacional e organizacional do estado, entre os dezesseis municípios que constitui a mesorregião. Esse destaque deve-se a oferta de serviços de saúde, educação, transporte, comércio e infraestrutura existente no município. Segundo ordenamento do município, são 48 bairros onde habitam aproximadamente 73,25% dos habitantes e o restante vivem em comunidades rurais (várzea, planalto e rios) (PMS, 2013).

Os bairros lócus da pesquisa (Maicá e Pérola do Maicá) possuem características periurbanas e estão situados na periferia do município, às margens do lago Maicá, de

influência do rio Amazonas (Mapa 1). É uma área que possui particularidades rurais, em especial, lembrando a região da várzea, pois sofre com a dinâmica da subida e descida do nível da água, fenômeno que ocorre nas estações do inverno e verão, respectivamente (Isaac & Cerdeira, 2004).

Mapa 1 - Lócus da pesquisa na região do Maicá, Santarém, Pará, Brasil.



Elaboração: Pauliana Santos.

O lago Maicá constitui-se como berçário natural com uma variedade de recurso pesqueiro (peixes, quelônios entre outros) répteis, aves, além da diversidade biológica da flora, como plantas aquáticas típicas do ecossistema amazônico, sendo descrita por Serrão et al. (2019), que dado o exuberante cenário natural, materializado por sua flora e fauna típicas de várzea amazônica, como uma importante região para a atividade pesqueira e de turismo. Devido seu rico potencial é um ambiente usado para atividades econômicas, domésticas, lazer e turismo, e grande parte dos moradores ainda desenvolvem atividades primárias, com característica rurais, como: pesca artesanal, agricultura, produção de hortaliças, criação de animais de pequeno e de grande porte para o autoconsumo e abastecimento de feiras e mercados locais.

2.2 Coleta e análise dos dados

Os dados foram coletados no período de março a maio de 2018. Primeiramente, os objetivos da pesquisa e síntese da metodologia foram apresentados à direção do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém - STTR. Essa foi uma oportunidade de começar a coletar dados preliminares sobre o quantitativo existente nos bairros onde a pesquisa foi aplicada e conseguir consentimento para dialogar com a delegacia sindical da entidade nos bairros.

As reuniões da delegacia sindical do STTR foram acompanhadas com a finalidade de identificar as agricultoras familiares que moram nos bairros lócus da pesquisa, além de registrar a rotina organizativa das agricultoras familiares que desenvolvem suas atividades produtivas e que são sócias dessa entidade.

A pesquisa respeitou as premissas da Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 466/2012, que preconiza sobre pesquisas envolvendo seres humanos, observando os princípios de autonomia, beneficência, não maledicência, justiça e equidade. Dessa forma, a pesquisa obteve Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética da Pesquisa, número 2.452.021, pelo Instituto Esperança de Ensino Superior - IESPES. Cada agricultora participante da pesquisa recebeu e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, instrumento onde constavam as informações sobre o objetivo, justificativa e os procedimentos metodológicos do estudo. Após o conhecimento das informações detalhadas, as mulheres declararam seu consentimento com a pesquisa.

O critério de inclusão adotado neste estudo consistiu em: a) mulheres residentes nos bairros Maicá ou Pérola do Maicá; b) sindicalizadas ao STTR-Santarém e c) em pleno exercício de sua atividade produtiva na agricultura. De acordo, com os dados existentes nos arquivos cadastrais do sindicato, 20 agricultoras sindicalizadas moram nos dois bairros pesquisados. Desse total, duas recusaram-se a participar. Outras 11 não foram encontradas, em uma tentativa de localização delas. Dessa forma, este estudo de caso foi conduzido com sete agricultoras familiares que responderam aos requisitos de inclusão estabelecidos.

O instrumento de coleta se deu pela aplicação de entrevistas semiestruturadas, sendo o roteiro baseado em Vieira et al. (2012), abordando os seguintes eixos: perfil socioeconômico (renda, escolaridade, origem), moradia (posse, tipo, acesso à água e energia elétrica), organizacional (se participante de organização rural/social), ambiental e produtivo (espécies cultivadas e criadas e quantidades produzidas). Recorreu-se a técnica de observação direta (Quaresma et al., 2015).

Após coletadas, as informações foram tabuladas em planilhas eletrônicas do *Excel for Windows*[®] e gerado gráficos e tabelas descrevendo a realidade encontrada durante o campo de pesquisa. Sendo que os dados socioeconômicos foram analisados por meio da estatística descritiva, método usado para qualificar e padroniza-los (Vieira et al., 2012).

Para determinar as principais atividades agrícolas existentes na área de estudo e citados pelas pesquisadas foram realizados cálculos de frequência de ocorrência. A Frequência de ocorrência (%) foi calculada pela fórmula: $Fo = (Ta \times 100) / TA$, Onde: Ta é o número de vezes que a atividade foi citada e TA é o total de entrevistadas.

3. Resultados e Discussão

3.1 Perfil socioeconômico

Os dados do estudo revelaram que as agricultoras que participaram da pesquisa possuem idade média de 46,3 anos, com variação de 40 a 55 anos de idade. Do universo total, 42,86% estão na faixa etária entre 41 e 50 anos; e não foi encontrado nenhuma jovem agricultora entre 20 e 30 anos (Tabela 1). Esses dados mostram que as participantes da pesquisa estão dentro da expectativa nacional de vida, pois de acordo com a análise das condições de vida da população brasileira realizada em 2016, a expectativa de vida da mulher brasileira é de aproximadamente 77 anos de idade, sendo que 55% do total de mulheres possuem mais de 60 anos (Ibge, 2016).

Quanto ao estado civil, a maior parte das pesquisadas possui cônjuge ou companheiro, uma vez que 42,86% afirmaram serem casadas e 28,57% são amigadas (Tabela 1). Percebe-se que a organização familiar faz parte de uma estrutura de família tradicional, semelhante a que ocorre na maioria das unidades familiares existentes nas comunidades da região rural, composta pela presença de homem, mulher e filhos/filhas (Souza & Osório, 2001).

Nenhuma agricultora se declarou analfabeta, diferenciando do índice nacional publicado pelo Ibge (2010) que mostra que 27,4% de mulheres na faixa etária de 60 anos ou mais são analfabetas. Contudo, a baixa escolaridade ficou notória, uma vez que 71,4% delas possuem apenas o ensino fundamental incompleto (Tabela 1).

Tabela 1. Perfil etário, escolaridade e número de filhos das Agricultoras Familiares dos Bairros Maicá e Pérola do Maicá, Santarém, Pará, Brasil.

Variável	Percentual (%)
Faixa Etária	
20 – 30 anos	-
31 – 40 anos	28,57
41 – 50 anos	42,86
51 – 60 anos	28,57
Estado Civil	
Solteira	28,57
Amigada (mora junto)	28,57
Casada	42,86
Escolaridade	
Analfabeta	-
Ensino Fundamental Incompleto	71,4
Ensino Fundamental Completo	14,3
Ensino Médio Completo	14,3
Ensino Superior Completo	-
Média de Número de Filhos	4

Fonte: Dados da Pesquisa.

O baixo nível de escolaridade pode estar relacionado com o contexto socioeconômico que as agricultoras foram criadas, em que muitas mulheres tinham a responsabilidade de auxiliar seus pais nos trabalhos para aumentar a renda da família, ou ainda pela dificuldade de acesso ao ambiente escolar (Alves & Nishida, 2003). Essa realidade foi relatada pelas mulheres que participaram desta pesquisa no Maicá quando perguntado a respeito do motivo dessas não terem dado continuidade em seus estudos, como vemos:

“Eu morava no sítio e a minha mãe tinha dificuldade em me manter na escola que era distante da minha casa, precisava trabalhar para ajudar minha mãe a sustentar a casa” (Agricultora, 41 anos, Pérola do Maicá).

“Eu trabalhava cultivando juta com os meus pais no período do verão, na várzea fica

seis meses do ano embaixo da água. Era difícil ter professores na comunidade e precisava ajudar meus pais” (Agricultora, 55 anos, Maicá).

Sales (2007) aponta que mesmo que se tenham avanços quanto aos direitos das mulheres do campo, a baixa escolaridade e a falta de documentos são obstáculos para igualdade de direitos entre mulheres e homens, que pode refletir no contato com o mundo público, a exemplo da relação com instituições bancárias, além de levar a continuação da subordinação dessas mulheres em relação aos homens.

Quanto às condições econômicas, a média da renda familiar das agricultoras foi de R\$1.800,29, sendo que 14,3% afirmaram que sobrevivem com menos de um salário mínimo. A média de dependentes dessa renda é de aproximadamente 2,4 pessoas, tendo no mínimo um e no máximo cinco dependentes. Além disso, 71,4% declaram que possuem ajuda de outros membros da família, sendo na maioria dos casos seus cônjuges e seus filhos.

A pesquisa identificou que todas as entrevistadas desenvolvem atividades na agricultura há mais de 10 anos, e que 57,1% delas têm a renda exclusivamente ligada a essa atividade não possuindo nenhuma outra. As mulheres que exercem outras atividades, além da agricultura, atuam com artesanato, venda de cosméticos e como diaristas. O fato de indivíduos de uma família dedicarem-se ao exercício de diferentes atividades econômicas, não necessariamente a agricultura ou cultivo da terra, pode ser considerado como “pluriatividade”, ou seja, buscam outras atividades para complementar a renda familiar deixando assim a dedicação a agricultura para apenas um membro, como ocorre com a maioria das participantes da pesquisa (Schneider, 2003).

Quanto à origem, todas as participantes do estudo são oriundas do estado do Pará, sendo que estas declararam que nasceram em comunidades rurais do município de Santarém. Quanto à organização religiosa, 71,4% afirmaram ser católicas e 28,6% evangélicas. Segundo Calegare e Higuchi (2017), a religião associada à prática produtiva e à origem cultural-territorial, contribui para composição da identidade coletiva das comunidades rurais.

3.2 Aspectos organizacionais

Santarém destaca-se em seu processo histórico de ocupação, por questões geográficas e comerciais, o que já fazia uma referência em termos urbanos já na década de 1820, sendo que a partir dos anos de 1980, em decorrência da abertura das grandes estradas, como a BR163, houve um forte crescimento no número de pessoas, e do processo de urbanização

(Côrtes et al., 2020). Portanto, a partir da década de 1980, a cidade de Santarém começou a ter rápido crescimento populacional, e o resultado desse processo foi a expansão de áreas periurbanas a partir da invasão do espaço rural existente no município.

Na Amazônia, de acordo Oliveira & Nina (2014), as realidades de áreas rurais e urbanas, muitas vezes sobrepostas, são fruto do crescimento desordenado das cidades. Essas características da transição do rural e urbano estão presentes nos bairros onde a pesquisa foi realizada “[...] especialmente àquelas que estão mais próximas do lago Maicá ou àquelas que mais se distanciam da área central, ou seja, que se localizam em áreas de transição entre o espaço urbano e o rural [...]” (Leão & Oliveira, 2011, p. 2). Devido a essa realidade, os referidos bairros enfrentam dificuldades para gerenciar os problemas de acesso aos serviços básicos de saúde, segurança, alimentação, infraestrutura entre outros, deixando vulnerável seu modo de vida.

Em busca da superação das dificuldades enfrentadas, as agricultoras familiares organizaram-se e sindicalizaram-se junto ao STTR de Santarém e 14,3% associaram-se à Associação dos Produtores Rurais de Santarém - APRUSAN. Elas reúnem-se periodicamente para discutir e deliberar sobre os assuntos relacionados à organização sindical, produção e comercialização da categoria, que acabam por refletir as suas demandas diárias e de suas atividades laborais. Cabe destacar que o STTR de Santarém já foi presidido por duas mulheres, sendo que uma delas já foi vereadora do município; e atualmente, a atual gestão do sindicato possui mulheres a frente de algumas diretorias.

Ao se associar e sindicalizar, as participantes da pesquisa têm acesso à política pública específica, como de ordem trabalhistas, previdenciárias, assistências técnicas, entres outros benefícios. De acordo com Schwendler (2015), ao analisar o processo pedagógico de luta pela terra a partir do protagonismo de trabalhadoras do campo no Brasil, a autora mostra que o espaço de organização política da mulher é também um lugar educativo, de formação da consciência e que permite que elas ocupem diferentes espaços reivindicatórios, tornando-se protagonistas na luta por seus direitos.

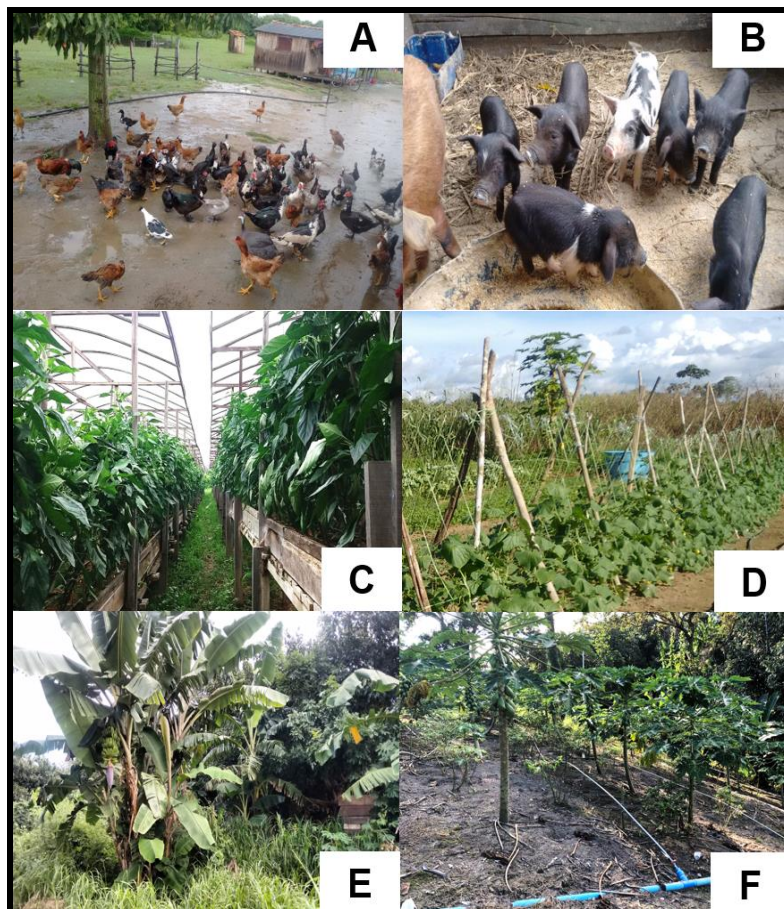
Navarro (1996) destaca que as mulheres conquistaram seu direito sindical na década de 1980, e começaram participar dos espaços político e social nos diversos segmentos na área rural e urbana. Gama (2016) destacou que igreja católica, através do Movimento Eclesial de Base – MEB, contribuiu no processo de formação e engajamento sindical de homens e mulheres. As Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s e a Comissão Pastoral da Terra – CPT fomentam o engajamento social das mulheres, dentro de suas respectivas áreas de atuação

institucional (Deere, 2004), emergindo um “novo sindicalismo” e espaço de atuação do movimento feminista (Aguiar, 2016).

3.3 Aspectos produtivos dos quintais

No que se refere a produção, os dados revelaram que as agricultoras produzem hortaliças, criam pequenos animais e cultivam plantas frutíferas em seus quintais agroflorestais (Figura 1), uma vez que este é o espaço que elas possuem para realizar sua atividade. Publicações realizadas por Vieira et al. (2008), Vieira et al. (2009) e Chaves et al. (2018) evidenciaram que a mulher é a principal manejadora de quintais agroflorestais e nesses espaços cultivam ervas medicinais, plantas frutíferas e hortaliças, colaborando assim para a manutenção da biodiversidade.

Figura 1 - Criação de pequenos animais: galinhas e patos (A) e porcos (B); cultivo de hortaliças (C e D) e frutíferas (E e F) em quintais agroflorestais manejados por agricultoras familiares na região do Lago do Maicá, Santarém, Pará, Brasil.

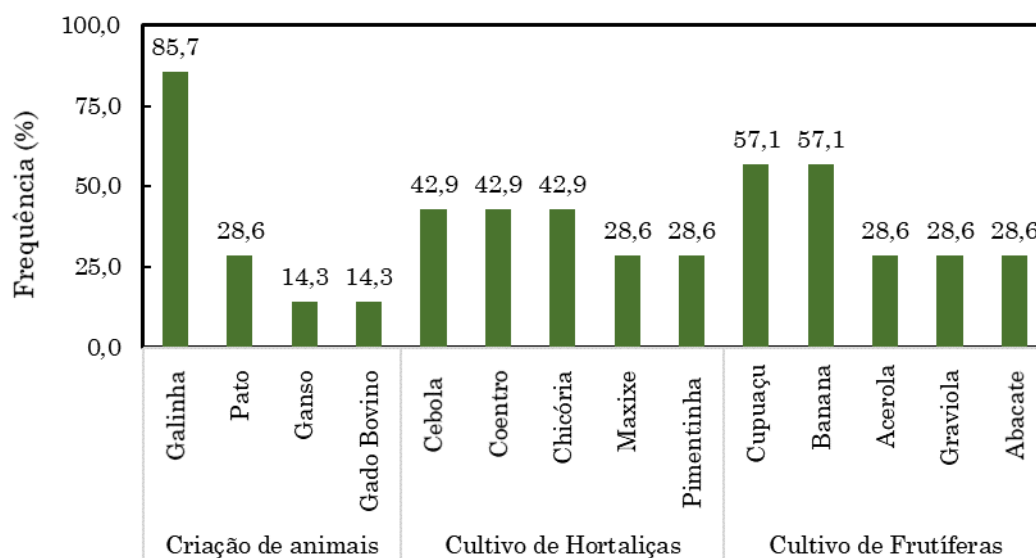


Fonte: Autores (2018).

A maioria das agricultoras realizam mais de uma atividade agrícola, sendo que 42,86% trabalham com o cultivo de hortaliças, plantas frutíferas e criam animais, 28,57% cultivam plantas frutíferas e criam animais, 14,29% trabalham com plantação de hortaliças e plantas frutíferas e 14,29% realizam apenas uma atividade que é a criação de animais.

Quanto ao cultivo de hortaliças, as entrevistadas declararam que cultivam cebolinha (*Allium schoenoprasum*), coentro (*Coriandrum sativum*), chicória (*Cichorium intybus*), além de cultivarem jerimum (*Cucurbita* spp.), milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), pimenta amarela (*Capsicum* sp.), couve (*Brassica oleracea*), pepino (*Cucumis sativus*) e tomate (*Solanum* sp.). As plantas frutíferas produzidas nos quintais agroflorestais são variadas, dentre elas: cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*), bananeira (*Musa* spp.), acerola (*Malpighia emarginata*), graviola (*Anona muricata*), abacate (*Persea americana*), entre outras espécies. Dentre os animais, 85,7% criam galinhas, sendo que algumas conseguem vender ovos; 28,6% criam pato; 14% gansos; e 14% gado bovino em pequena escala (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Espécies cultivadas e de animais criados por agricultoras familiares, Lago do Maicá, Santarém, Pará, Brasil.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Na compreensão de Grisa & Schneider (2008), os agricultores familiares produzem com o objetivo de suprir as necessidades familiares, ou seja, a subsistência é um hábito comum entre a categoria. Sendo assim, 85,7% das participantes da pesquisa declararam que dedicam todos os dias da semana no exercício de sua atividade produtiva, já que a sua

produção visa garantir a segurança alimentar e a geração de renda para as famílias. Nesse tipo de atividade a relação de todos os membros da família é elemento essencial para o desenvolvimento sustentável e produtivo do espaço usado para a produção. Sendo que a mulher assume função em todo o processo da cadeia produtiva, bem como, é encarregada pelas atividades domésticas e o cuidado com a família que lhe são apresentadas como sua responsabilidade.

No que se refere ao destino da produção, as agricultoras pesquisadas declararam que 57,1% comercializam seus produtos no próprio bairro, 28,6% vendem no bairro e em feiras, e 14,3% no Bairro e para Supermercados. Com a venda dos produtos, as agricultoras informaram que a rentabilidade semanal correspondia ao valor médio de R\$ 243,60 e a mensal de R\$ 974,28. A produção das agricultoras contribui com a dinâmica do desenvolvimento local, a partir da geração de renda para suas famílias e pelo abastecimento de estabelecimentos comerciais locais.

A estratégia de diversificação da produção adotada pelas agricultoras em seus quintais agroflorestais visa vencer os desafios pertinentes ao processo de globalização e garantir a geração de renda (Mikulcak et al., 2015). Corroborando com essa compreensão, Barbieri & Valdivia (2010) observaram que a diversidade produtiva é um hábito comum nas propriedades rurais, sendo uma estratégia para aproveitar o espaço disponível para a produção. Compreensão que dialoga com Padua-Gomes et al. (2014), que enfatizam que a variedade produtiva, torna-se costume indispensável para o equilíbrio do ecossistema, além disso, é uma estratégia que considera os períodos sazonais de cada cultura cultivada e com isso, garante geração de renda permanente ao longo do ano para as agricultoras familiares.

O manejo da agrobiodiversidade de quintais, no contexto da agricultura familiar em Santarém, é uma importante estratégia de reprodução social destas famílias, à medida que contribui com a produção de alimentos e possível geração de renda pela venda do excedente, ao longo de cada ano.

Importante destacar que para Eichenberg et al. (2009), é evidente então que a mulher exerce um importante papel para agrobiodiversidade, ao cultivar uma riqueza de plantas, em grande parte de frutíferas. Assim, espera-se que haja a valorização do trabalho da mulher, sobretudo na agricultura, entendendo que o manejo de quintais agroflorestais é importante para a manutenção das famílias das agricultoras, gerando alimento e renda a elas. Para isso é fundamental promover a conservação do conhecimento tradicional e garantias dos direitos das mulheres, pois implicam na diversidade das plantas e o bem-estar local (Caballero-Serrano et

al., 2019), bem como fomentar estudos que mostrem o real impacto dos quintais na economia e as estratégias de reprodução social das famílias de que os manejam (Lameira et al., 2020).

Além disso, acreditamos que a mulher pode exercer fundamental papel na geração de recursos econômicos na região estudada. As ações do Estado devem ir no sentido de favorecer o empoderamento das mulheres, sobretudo as do meio rural e de regiões periféricas das cidades, que estão historicamente à margem equidade nas relações de gênero. Desde modo, é importante que o poder público garanta o alcance do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável número cinco (ODS-5) que prevê a igualdade de gênero visando efeitos multiplicadores no desenvolvimento sustentável (Pnud, 2015).

4. Considerações Finais

As mulheres dividem o seu tempo no processo produtivo e nos cuidados da casa e da família, por esses serem conferidos socialmente às mulheres, considerados trabalhos femininos. Os quintais agroflorestais contam com uma variedade de plantas utilizadas principalmente como alimentos. Além do autoconsumo, a produção possibilita a geração de renda com a comercialização do excedente nos mercados locais. Representam importante meio de subsistência por meio de sistemas informais de produção, e que fortalecem laços entre a ecologia, cultura e sociedade, considerados parte fundamental de reprodução da agricultura familiar.

As atividades das mulheres agricultoras nos quintais reproduzem o conhecimento tradicional construído ao longo da história e dessa forma, os quintais agroflorestais às margens do Lago do Maicá, vem sendo criados e mantidos por iniciativa das mulheres e podem ser considerados espaços que desempenham funções sociais, ambientais, culturais e econômicas.

É fundamental identificar e reconhecer a rotina vivenciada por essas mulheres, no contexto produtivo com características rurais, para que Políticas Públicas venham a ser implementadas ou reformuladas no sentido de construir estruturas que possibilitem sua emancipação com direito a equidade, participação política e justiça, oportunizando dessa forma sua organização e avanços nas tomadas de decisões e fortalecimentos de suas conquistas e direitos de uma vida melhor.

Referências

- Aguiar, V. V. P. (2016). Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, 15, 261-295. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261>
- Alves, R. R. N., & Nishida, A. K. (2003). Aspectos socioeconômicos e percepção ambiental dos catadores de caranguejo – uçá, *Ucides cordatus cordatus* (L. 1763) (Decapoda, Brachyura), no estuário do Rio Mamanguape, Nordeste do Brasil. *INCI*, 28(1), 36-43.
- Ban, N., & Coomes, O. T. (2004). Home gardens in Amazonian Peru: diversity and exchange of planting material. *Geographical Review*, 94(3), 348-367. <https://doi.org/10.1111/j.1931-0846.2004.tb00177.x>
- Barbieri, C., & Valdivia, C. (2010). Recreation and agroforestry: examining new dimensions of multifunctionality in family farms. *Journal of Rural Studies*, 26(4), 465-473. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2010.07.001>
- Caballero-Serrano, V., McLaren, B., Carrasco, J. C., Alday, J. G., Fiallos, L., Amigo, J., & Onaindia, M. (2019). Traditional ecological knowledge and medicinal plant diversity in Ecuadorian Amazon home gardens. *Global Ecology and Conservation*, 17, e00524. <https://doi.org/10.1016/j.gecco.2019.e00524>
- Calegare, M. G. A., & Higuchi, M. I. G. (2017). Transformações das Identidades Coletivas em Comunidade no Alto Solimões/AM. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(3), e323222. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e323222>
- Chaves, A. R. S., Castro, R. R. A., & Menezes, A. (2018). A busca pela ascensão feminina no PDS Virola Jatobá, Anapu-PA. *Revista Estudos Feministas*, 26(1), e42742. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n142742>
- Chayanov, A. V. (1996). On the theory of non-capitalist economic systems. In: Thorner, D., Kerblay, B., & Smith, R. E. F. (orgs.) *The theory of peasant economy*. Nashville: The American Economic Association, p. 1-28.

Cleps, G. D. G. (2009). Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG). *Sociedade & Natureza*, 21(3), 327-339.

Constanti, A. M. (2010). Quintais Agroflorestais na visão dos agricultores de Imaruí-SC. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 5(2), 303-305.

Côrtes, J. C., D'Antona, Á. O., & Ojima, R. (2020). Urbanização extensiva e reconfiguração rural na Amazônia: uma proposta teórico-metodológica baseada em indicadores demográficos e espaciais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 22, e202015. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202015>

Deere, C. D. (2004). Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária Brasileira. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 175-204. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100010>

Diegues, A. C. S. (org.). (1999). *Desmatamento e modos de vida na Amazônia*. São Paulo: NUPAUB.

Diegues, A.C. S. (2008). *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. (6a ed.), São Paulo: HUCITEC; NUPAUB, 198p.

Eichemberg, M. T., Amorozo, M. C. M., & Moura, L. C. (2009). Species composition and plant use in old urban homegardens in Rio Claro, Southeast of Brazil. *Acta Botanica Brasilica*, 23(4), 1057-1075, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-33062009000400016>

Gama, A. S. P. (2016). *Educação ambiental e a construção da sustentabilidade na região de várzea de Santarém (PA) – Brasil*. 2016. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.

Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Grisa, C., & Schneider, S. (2008). “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*,

46(2), 481-515. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032008000200008>

Ibge - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE

Ibge - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016*. Rio de Janeiro: IBGE. 146p., Recuperado de: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>

Ibge - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Censo Agropecuário 2017: Resultados Definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE. p.1-105. Recuperado de: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf

Ibge - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020a). *Área da unidade territorial: Área territorial brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/panorama>.

Ibge - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020b). *População estimada*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/panorama>

Isaac, V. J., & Cerdeira, R. G. P. (2004). *Avaliação e monitoramento de impactos dos acordos de pesca na região do Médio Amazonas*. Manaus: IBAMA.

Lameira, M. K. S., Silva, H. K. M., Gama, J. R. V., Vieira, T. A., & Alves, H. S. (2020). Agroforestry homegardens: bibliometric analysis for a 35 year period of scientific production (1984-2019). *Research, Society and Development*, 9(9), e928997541. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7541>

Leão, R. F. C., & Oliveira, J. M. G. C. (2011). O Plano Diretor e a cidade de fato: o caso de Santarém-Pa. *Revista Geográfica de América Central*, 2(47e), p.1-15.

Mattos, C. L. G. (2011). A abordagem etnográfica na investigação científica. In: Mattos, C. L. G., & Castro, P. A. (orgs.) *Etnografia e educação: conceitos e usos*. Campina Grande:

EDUEPB. 49-83.

Mikulcak, F., Haider, J. L., Abson, D. J., Newig, J., & Fischer, J. (2015). Applying a capitals approach to understand rural development traps: A case study from post-socialist Romania”. *Land Use Policy*, 43, 248-258. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2014.10.024>

Navarro, Z. (1996). Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no Estado do Rio Grande do Sul, 1978 – 1990. In: Navarro, Z. (org). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade. 62-105.

Oliveira, J. A., & Nina, S. F. M. (2014). Ambiente e saúde da mulher trabalhadora: transformações numa comunidade da Amazônia brasileira. *Saúde e Sociedade*, 23(4), 1162-1172. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902014000400004>

Oliveira, M. M. (2008). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes.

Padua-Gomes, J. B., Bezerra, G. J., Nascimento, J. S., Schlindwein, M. M., & Padovan, M. P. (2014). Produção orgânica no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. *Cadernos de Agroecologia*, 9(4).

PMS - Prefeitura Municipal de Santarém. (2013). *Informações municipais de Santarém*. Santarém, SEMMA/CIAM. Recuperado de: http://www.santarem.pa.gov.br/arquivosdb/basico1/0.668764001357580532_informacoes_2.pdf

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2015). *Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável*. Brasília: PNUD. Recuperado de: https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Acompanhando-Agenda2030-Subsidios_iniciais-Brasil-2016.pdf

Quaresma, A. P., Almeida, R. H. C., Oliveira, C. M., & Kato, O. R. (2015). Composição florística e faunística de quintais agroflorestais da agricultura familiar no nordeste paraense. *Revista Verde*, 10(5), 76-84. <https://doi.org/10.18378/rvads.v10i5.3706>

Rayol, B. P., & Miranda, I. S. (2019). Quintais agroflorestais na Amazônia Central: caracterização, importância social e agrobiodiversidade. *Ciência Florestal*, 29(4), 1614-1629. <http://dx.doi.org/10.5902/1980509829853>

Rocha-Garcia, B. N., Vieira, T. A., & Oliveira, F.A. (2015). Quintais agroflorestais e segurança alimentar em uma comunidade rural na Amazônia Oriental. *Revista de la Facultad de Agronomía*, 114(3), 67-73.

Rossi, R. (2020). Espaço, Totalidade e Método. *Sociedade & Natureza*, 32, 578-585. <https://doi.org/10.14393/SN-v32-2020-48456>

Sales, C. M. V. (2007). Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos”. *Revista Estudos Feministas*, 15(2), 437-443. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200010>

Schneider, S. (2003). Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51), 99-122. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092003000100008>

Schwendler, S. F. (2015). O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. *Educar em Revista*, 55, 87-109. <https://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.39833>

Scoles, R. (2009). El Quintal y las Frutas: Recursos Económicos y Alimentares en la Comunidad Negra de Itacoã, Acará, Pará, Brasil. *Acta Amazonica*, 39(1), 1-12. <http://dx.doi.org/10.1590/S0044-59672009000100001>

Serrão, E. M., Braga, T. M. P., Coelho, Y. K. S., Campos, D. P. F., Santos, A. A., Imbiriba, L. C., & Zacardi, D. M. (2019). Traditional knowledge of fishermen of the reproductive behavior of fish in a flood lake in western Pará, Brazil. *Sociedade & Natureza*, 31, 1-21. <http://dx.doi.org/10.14393/SN-v31-2019-45133>

Silva, F. A. M., Souza, P. S., Dias, T. F., Santos, N. N. F., Leite, N. R., & Calvi, M. F. (2011). Caracterização de quintais agroflorestais de unidades familiares rurais do Município de

Altamira-PA. *Cadernos de Agroecologia*, 6(2).

Silva, Y. A. R. (2014). *Agricultura Mecanizada e Expansão Urbana em Santarém-PA: Padrões e Processos Espaciais*. 2014. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em Geografia). Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Brasil.

Siviero, A., Delunardo, T. A., Haverroth, M., Oliveira, L. C., & Mendonça, A. M. S. (2011). Cultivo de Espécies Alimentares em Quintais Urbanos de Rio Branco, Acre, Brasil. *Acta Botanica Brasilica*, v. 25(3), 549-556. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-33062011000300006>

Souza, M. M. C., & Osorio, R. (2001). *Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1988*. Rio de Janeiro: Ipea.

Vieira, T. A., Rosa, L. S., Modesto, R. S., & Santos, M. M. (2008). Gênero e sistemas agroflorestais: o caso de Igarapé-Açu, Pará, Brasil. *Revista de Ciências Agrárias*, 50(1), 143-154.

Vieira, T. A., Rosa, L. S., Modesto, R. S., Santos, M. M., Santos, E. R. A., Araújo, A. B. B., & Araújo, S. L. F. (2009). Relações de gênero em sistemas agroflorestais: o caso da microrregião Bragantina, PA”, In: Porro, R. (Org.). *Alternativa agroflorestal na Amazônia em transformação*. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica. 731-744.

Vieira, T. A., Rosa, L. S., & Santos, M. M. L. S. (2012). Agrobiodiversidade de quintais agroflorestais no município de Bonito, Estado do Pará. *Revista de Ciências Agrárias*, 55(3), 159-166. <http://dx.doi.org/10.4322/rca.2012.054>

Vieira, T. A., Rosa, L. S., & Santos, M. M. L. S. (2015). Wellbeing of smallholders maintaining homegardens: a case study of rural communities in the Eastern Amazon. *Tropical and Subtropical Agroecosystems*, 18(1), 1-10.

WinklerPrins, A., & Oliveira, P. S. S. (2010). Urban agriculture in Santarém, Pará, Brazil: diversity and circulation of cultivated plants in urban homegardens. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 5(3), 571-585. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222010000300002>

Yin, R. K. (2005). *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Wandicleia Lopes de Sousa – 50%

Adria Oliveira dos Santos – 10%

Elizabete de Matos Serrão – 10%

Antônia do Socorro Pena da Gama – 10%

Thiago Almeida Vieira – 20%